

Diálogos

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Nacional Timor Lorosa'e

Diálogos

ISSN em linha 2789-2182

ISSN impresso 2520-5927

dialogosuntl.com

<https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.3.75>

Volume 03

2018

REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS - EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA MULHERES DE TIMOR-LESTE

THINKING FROM EXPERIENCES - HIGHER EDUCATION FOR WOMEN OF TIMOR-LESTE

Camila Tribess

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, Brasil.
email: camila.nusp@gmail.com

Recebido: 10 de maio de 2018
Aceito: 15 de setembro de 2018
Publicado: 17 de novembro de 2018

REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS - EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA MULHERES DE TIMOR-LESTE*

Camila Tribess**

Resumo: A educação, em especial a educação superior, tem sido apontada como uma possibilidade para as mulheres de romper com a estrutura patriarcal tradicional, de acessar inclusão social e econômica e empoderamento. Nesta pesquisa utiliza-se a ideia de “desaprender” (Spivak, 2014) para compreender de que forma o acesso à educação superior em uma realidade cultural distinta, em especial de mulheres de Timor-Leste estudando no Brasil, pode gerar inclusões, rupturas e questionar lugares e atuações destas mulheres. A partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres de Timor-Leste que tiveram este tipo de vivência, a pesquisa analisa os relatos de vida, com ênfase na percepção das relações de poder e dos efeitos gerados pelo acesso à educação superior, e como os discursos e práticas são desnaturalizados a partir de questões de memórias e experiências coletivas e individuais, permitindo assim, que suas atuações sejam repensadas a partir de uma vivência pedagógica decolonial e feminista.

Palavras-chave: educação superior; mulheres; empoderamento; decolonialidade; Timor-Leste.

THINKING FROM EXPERIENCES - HIGHER EDUCATION FOR WOMEN OF TIMOR-LESTE

Abstract: Education, especially higher education, has been pointed out as a possibility for women to break with the traditional patriarchal structure, to access social and economic inclusion and empowerment. In this research the idea of “unlearn” (Spivak, 2014) is used to understand how access to higher education in a distinct cultural reality, especially of women from Timor-Leste studying in Brazil, can generate inclusions, ruptures and question places and performances of these women. Based on semi-structured interviews with East Timorese women who had this type

* As entrevistas utilizadas nesse artigo são fruto de trabalho de pesquisa coletivo, do Grupo de Estudos sobre Mulheres (GEM), no âmbito da cooperação brasileira em Timor-Leste (PQLP/CAPES) entre os anos de 2013 e 2015.

** Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: camila.nusp@gmail.com
<https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.3.75>

of experience, the study analyses life reports, with an emphasis on the perception of power relations and the effects generated by access to higher education, and how discourses and practices are denatured from questions of memories and collective and individual experiences, thus allowing their performances to be rethought from a decolonial and feminist pedagogical experience.

Keywords: higher education; women; empowerment; decoloniality; East Timor.

A educação, em especial a educação superior, normalmente é apontada como uma possibilidade – em especial para as mulheres – de romper com a estrutura patriarcal tradicional, de acessar algum tipo de inclusão social e econômica, como uma possibilidade real de mudança social e empoderamento. No entanto, ao observarmos os padrões econômicos e sociais da maioria dos países do sul global, percebemos que, mesmo com acesso à educação superior, as mulheres ainda enfrentam mais dificuldades de inserção profissional, de igualdade de salários e oportunidades, bem como suas carreiras são muitas vezes subjugadas aos interesses familiares, que na prática significam a dupla jornada e o trabalho não remunerado nos afazeres domésticos, bem como a educação dos próprios filhos e filhas, interesses estes mais rígidos em determinados contextos, no que diz respeito às transformações neste âmbito (familiar) que envolvam questionamentos acerca da divisão de papéis deterministas que geralmente são atribuídos a homens e mulheres.

Tendo em vista esses dilemas, este estudo de caso se dá com um grupo de mulheres bem específico: entrevistamos mulheres – já formadas ou cursando alguma faculdade – de Timor-Leste que, em algum momento, tiveram a experiência de estudarem no Brasil, unindo assim experiências e dilemas no seu retorno ao país de origem. Essas mulheres tiveram, no acesso à educação superior em um país distante geográfica e culturalmente, a oportunidade de questionarem seu lugar social em sua própria cultura e desnaturalizaram algumas opressões vividas a partir dos contatos com as referências e experiências a que tiveram acesso. Para pensar este processo utilizamos a ideia de “desaprender” de Spivak (2014), buscando compreender de que forma a realidade cultural distinta, mas ao mesmo tempo aproximada do Brasil com Timor-Leste, permitiu que essas mulheres, em sua trajetória de formação intelectual, passassem a questionar seus lugares e atuações em sua terra natal. Isso reverbera a partir dos efeitos gerados por essa desnaturalização

de práticas de violência simbólica que cristalizam o papel do patriarca e o privilégio nas relações de poder. Pensando a partir da ideia de “desaprender”, se as intelectuais podem “desaprender” seus privilégios para aprofundarem suas pesquisas com outras realidades, essas mulheres, formando-se enquanto intelectuais timorenses, ao acessarem vivências culturais tão distintas, poderiam “desaprender” também seus lugares de gênero?

Sem ser uma pedagogia específica, essa experiência de vida tornou-se uma pedagogia feminista e decolonial, embora se passe no entremeio de dois países do sul global, de histórias coloniais ainda pulsantes em sua realidade, em especial no que diz respeito ao patriarcado e sua ação sobre a vida das mulheres – ou talvez, justamente por estes fatos. Propõe-se trazer casos de educação formal e não-formal, de experiências e trajetórias de vidas de mulheres, em contexto pós-colonial, que buscaram – ou acabaram se deparando com – aspectos feministas e decoloniais e aplicaram estas perspectivas às suas realidades, ou ainda, estão no processo de tentar aplicar o que “desaprenderam”. Essas vivências trouxeram a elas o dilema do lugar da mulher na sociedade timorense e o conseqüente embate decorrente dessa possibilidade.

A partir de entrevistas abertas com mulheres de Timor-Leste, na verdade conversas tecidas à frente de um gravador e com algumas perguntas centrais como guia, a pesquisa encaminha-se metodologicamente para a análise dos relatos de vida destas mulheres. Com ênfase para a percepção das relações de poder e dos efeitos gerados pelo acesso à educação superior, e como os discursos e práticas são desnaturalizados a partir de questões de memórias e experiências coletivas e individuais, permitindo assim, que suas atuações em Timor-Leste sejam caracterizadas a partir de uma pedagogia descolonizadora e uma ideia geral que se coloca em suas falas que nos remetem à teoria da mudança (Clark & Taplin, 2012).

Assim, busca-se pensar a partir de três fatores diretamente interligados e que, ao pensá-los juntos, a proposta decolonial se mostra ainda mais desafiadora e ao mesmo tempo essencial. Foca-se aqui em pedagogia, no sentido de educar com base em trajetórias de vida e experiências significativas. Mas não se trata de qualquer pedagogia e qualquer educação que queremos pensar, buscamos pensar uma educação de viés decolonial e feminista. Juntas, essas três perspectivas desafiam a redefinir conceitos já postos e repetidos e assim

compreender de forma mais substancial, do que afinal se quer falar? Não se pretende, portanto, de forma arrogante ou reproduzindo as práticas coloniais, “dar voz” a essas mulheres como parte de grupos mais ou menos oprimidos e mais ou menos excluídos. Esse texto é na verdade uma tentativa de compreender suas trajetórias e de que forma o acesso à educação e os processos não-formais que isto envolve modificaram as percepções dessas mulheres e como isso, de alguma forma, pode contribuir para a transformação da realidade em que vivem, para sua autonomia, empoderamento e reflexão sobre as opressões machistas e coloniais com as quais convivem – convivemos, todas.

Para isso, o texto se divide numa breve contextualização das mulheres em Timor-Leste, segue com o fator de inclusão pela educação, na terceira parte exploram-se as rupturas nas histórias de vida das entrevistadas a partir da experiência educacional e, finalmente, encerro o texto apresentando os dilemas que se colocam frente a esses achados de pesquisa.

O CONTEXTO DAS MULHERES EM TIMOR-LESTE

Os relatos de experiência que remetem à atuação das mulheres nos registros das histórias oficiais de nações ou comunidades sempre foram relegados ao segundo plano, “remetidas para a subalternidade” (Cunha, 2006, p. 17). Pensar na chave do segundo plano pode ser considerada uma posição ainda otimista ao considerar que a maior parte das mulheres foi condenada ao esquecimento. E, ao contrário do que se propaga acerca da memória e sua relevância, o esquecimento possui papel ainda mais importante, uma vez que, a partir dele, é que se torna possível verificar quais sujeitos e quais temas foram colocados à margem do discurso oficial, promovendo pessoas determinadas, sociedades determinadas e gênero determinado.

Pensar na transformação acerca da questão das mulheres, bem como seu papel na sociedade, torna-se pertinente para analisar contextos específicos. Porém, a mesma deve ser analisada de forma que abarque elementos que constituem momentos de êxito, mas também de retroação. Montero (2008) atenta para a continuidade dos ideais de perfectibilidade e progresso dos séculos XVIII e XIX,

que faz com que vejamos sociedades em uma trajetória linear, em que o que vivemos ontem seria pior do que hoje, e o hoje pior do que amanhã. Com relação às mulheres ainda salienta que:

E assim, no caso da mulher, costumamos pensar que a igualdade foi sendo pouco a pouco conquistada, até máximo de hoje, coisa que não está totalmente correta. Porque a situação da mulher ocidental parece ser hoje melhor do que nunca, mas a trajetória não foi linear: houve momentos de maior liberdade, seguidos de épocas de reação. Às vezes o nível de repressão alcançou índices aterradores, como na caça às bruxas empreendida no século XV e no princípio do século XVI, que talvez tenha sido uma resposta à efervescência humanista e liberal do Renascimento. (Montero, 2008, p. 12).

Ao se considerar uma trajetória não linear das mulheres que pertencem à cultura ocidental, tais momentos de liberdade e de reação sofrem variações temporais e espaciais, porém estão vinculadas a determinados fatores que os inserem na cultura ocidental. Voltando o olhar para a história de mulheres em sociedades do sul global e em sociedades orientais, as trajetórias e o papel das mulheres nas sociedades tornam-se ainda mais complexos, ao considerar outros conjuntos culturais, bem como interferências estruturais e culturais do colonialismo, de ditaduras e de outros fatores em cada contexto específico.

Spivak (2014, p. 20) atenta para a existência de uma produção intelectual ocidental que privilegia os interesses do Ocidente. Dessa forma, os sujeitos do sul global seriam sempre representados a partir do ponto de vista ocidental, crítica que assinala uma percepção desse “outro”, não pertencente a essa cultura, principalmente em um imaginário do exótico. Além disso, ao pensar na questão delicada de “ouvir” as mulheres em contextos coloniais ou pós-coloniais, Spivak (2014) nos coloca a questão da mudez da mulher nesses contextos e a improvável superação deste silenciamento.

Relatar, ou melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo (sic) está inegavelmente na ordem do dia. Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas (...). No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao

trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve. (Spivak, 2014, p. 111).

Isso justifica a importância da produção intelectual do sul global, que analise, ainda que com recursos metodológicos ocidentais (quando aplicável), contextos e especificidades pertinentes a cada temática de pesquisa, porém sempre atentos ao potencial colonizador que muitas dessas pesquisas possuem, esta que se apresenta, em particular. Ao querer falar de vivências e trajetórias de vida de mulheres de Timor-Leste, mesmo estando envolvida acadêmica e emocionalmente com os movimentos e dilemas destas mulheres, ainda sou uma estrangeira, também no sul global, colonizado e em processo decolonial, mas que pode reproduzir, ao tentar materializar falas e vivências, os mesmos vícios dos antropólogos que, no passado, encantados com a possibilidade de descobrir algo novo, colocaram nas mãos do colonialismo os códigos mais caros dos povos a serem explorados. Seguindo, portanto, o alerta de Cunha (2006, p. 20) “[...] esta comunidade científica tem que manter a vigilância necessária sobre a possibilidade de práticas de objectificação do *outro*, ou seja, do *sul*, das *mulheres*, dos *outros documentos* e modos de saber e falar [...]”.

Nesse sentido, torna-se pertinente ressaltar que uma pesquisa que remete a um contexto de engajamento e identificação com alguns elementos, necessita tanto mais do recuo da pesquisadora, seja o recuo da reflexão sobre o espaço das mulheres pesquisadas, ou o recuo do tempo, que em conjunto com as distinções de espaço promovem contextos de experiências e trajetórias distintas para pesquisadoras e pesquisadas.

Ao reduzir o recorte de análise de estudo de em um contexto espacial específico, Timor-Leste, e mais ainda, refletir acerca de suas condições de acesso ao ensino superior, configura-se o foco de análise deste trabalho, tendo como objetivo observar trajetórias de mulheres de Timor-Leste, com base em entrevistas, e assim pensar em um panorama das condições de acesso e manutenção no ensino superior, bem como os papéis que estas mulheres desempenham na esfera familiar e social de suas comunidades. A opção pelo uso de “mulheres de Timor-Leste” e não de “mulheres timorenses” justifica-se por não existir a possibilidade de definição para

uma forma única de ser de um país, que estaria cristalizada no termo “timorense”. São mulheres de diferentes comunidades, línguas e etnias, em um país de cenário multilinguístico e multicultural, que o torna ainda mais rico e complexo¹.

Pensar em uma história das mulheres em Timor-Leste é um exercício que requer análise da história oficial do país, pensando de que forma ocorrem reverberações nos âmbitos individual e coletivo, com destaque para as políticas de memória e esquecimento que atuam para favorecer um gênero determinado. Candau (2014, p. 167) afirma que em alguns casos a manipulação da memória e os inumeráveis esquecimentos da História apresentariam finalidades nacionais ou de etnogênese e assumem por objetivo autenticar, essencializar e naturalizar essas identidades. Nesse sentido, a importância do uso de uma *sociologia das ausências*, como argumenta Santos (2002), para trazer ao foco investigativo das Ciências Sociais esses esquecimentos, esses silenciamentos e desconstruir as naturalizações.

Segundo Durand (2009, p. 42), no período pré-colonial há relatos da existência de mulheres em posição de destaque nas comunidades da ilha de Timor (como rainhas), bem como a existência de uma grande quantidade de grupos matrilineares. Ainda segundo o autor, as mulheres teriam perdido, ao longo dos séculos, sua parcela de participação em diversos setores das comunidades por conta de influências externas. O colonialismo português pode ser considerado um dos elementos fundamentais neste processo, uma vez que o domínio era efetivado por meio de alianças locais com os *liurais* e não há relatos de alianças com as lideranças mulheres.

Com a invasão indonésia na década de 1970, a população de todo o país foi forçada a optar por uma religião, sendo que as práticas religiosas regionais foram proibidas e associadas ao comunismo. Vale lembrar que o combate ao comunismo teria sido uma das justificativas para a entrada violenta da Indonésia no território timorense e a imposição religiosa veio junto com este discurso. No mesmo período há uma série de relatos que denunciam os casos das mulheres que foram presas e torturadas por militares indonésios (CAVR, 2005; CAVR, 2008). De acordo com Durand (2009, p. 80), ao final do sé-

¹ Sobre a discussão acerca da visão homogeneizante da categoria “mulher” e, ainda mais das “mulheres oprimidas do terceiro mundo”, ver Cunha (2006, p. 52).

culo XIX, a quantidade de timorenses católicos era extremamente pequena, ao passo que, segundo o Censo realizado no país em 2010, o número de católicos corresponde a 96,9% da população. Os efeitos do catolicismo na vida das mulheres correspondem em grande medida aos valores que a instituição religiosa propaga, através de um modelo de família determinista que, aliado ao *barlaque* (casamento tradicional que envolve uma série de negociações complexas e que abrange a família em todos os seus membros), muitas vezes coloca as mulheres em posição de não poderem decidir sobre suas escolhas matrimoniais, familiares e econômicas.

Na fala de uma das mulheres entrevistadas, essa relação do ambiente colonial e das invasões estrangeiras com a tradição patriarcal fica bastante clara:

Agora, fazendo uma comparação com a época da Indonésia e hoje em dia, tem muitas mulheres que tem acesso no trabalho porque elas têm bastante estudo, até o ensino superior e quem só tem o secundário tem uma educação aumentativa, então conseguem viver e fazer muitas coisas (sic). E quando comparado com antigamente, na colonização, poucas mulheres que trabalhavam. Até hoje em dia, são poucas mulheres mais velhas que trabalham. Isso aconteceu, porque antigamente o pensamento popular era que o homem devia ter mais acesso do que a mulher. Nas minhas famílias também existe esse preconceito (E1).

Com tais elementos no percurso das temporalidades, acrescida de uma história oficial do país de pós-conflito constituída de heróis da nação, em sua totalidade homens, o cenário para a participação das mulheres na política, na educação e em outros setores torna-se um desafio. Simião (2005) ressalta que as mulheres que têm acesso ao ensino superior conquistam espaços de poder nas relações, em especial no que se refere à arena estatal e burocrática, mas possuem dificuldade de apresentarem suas opiniões e considerações nas decisões tradicionais das comunidades. Esse capital social, portanto, se restringe ao âmbito do “moderno”, como argumenta Simião, sendo reconhecido para as questões profissionais, mas não é relevante para questões familiares e que envolvem a tradição cultural do país.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos

que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (Bourdieu, 2002, p. 18).

Essa máquina simbólica que ratifica a dominação masculina pode ser identificada na fala das entrevistadas. A Entrevistada 2 (E2), por exemplo, ao ser questionada sobre como é tomada a decisão acerca de quem poderá estudar e em que momento, afirma que tal decisão é tomada pelos homens da família. É uma reunião familiar, porém em que a decisão final é dada pelo pai, que toma conselhos principalmente dos irmãos mais velhos. Não há menção da entrevistada sobre ela ter tomado decisões a respeito do momento em que estudaria. Ao longo da entrevista, é notável que há um suporte afetivo e financeiro e que a família oferece todo o respaldo que lhe possa ser necessário. Porém, não há relato da sua autonomia das decisões importantes, mesmo que detenha um diploma de ensino superior.

EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO INCLUSÃO

Timor-Leste, após sua guerra de independência prolongada por vinte e quatro anos de uma invasão indonésia no território, passou também por uma ocupação internacional, promovida pela ONU por pouco mais de 13 anos (setembro de 1999 a dezembro de 2012). A presença da ONU e suas inúmeras equipes internacionais de *experts* nos mais variados temas, organizados em múltiplas agências fez com que temas como a educação básica universal e a igualdade de gênero começassem a ser ouvidas e repetidas continuamente nos mais variados lugares do país. Apesar disso, a inclusão das meninas e mulheres na educação formal ainda é um grande desafio, que mesmo a pressão e a “ajuda” internacional não conseguem resolver. O índice de analfabetismo no país, em 2012 era de 42% segundo a UNICEF².

² Disponível em: http://www.unicef.org/infobycountry/Timorleste_statistics.html

Segundo o Censo de 2015 as meninas já são maioria nas escolas primárias, secundárias e no ensino superior e, segundo essas estatísticas, 90% das crianças estão matriculadas nas escolas. No entanto, há uma geração que está entre a geração dos mais velhos, que viveram no país antes da guerra e essa nova, que está frequentando as escolas. É justamente a essa geração que pertencem as mulheres entrevistadas. São mulheres jovens (entre 18 e 35 anos), que cresceram no contexto de guerra e acessaram o ensino superior apesar das dificuldades familiares, financeiras e sociais, mas com certo respaldo, por estarem no contexto de propagação do ideal da educação como forma de desenvolver o país, dentro dos padrões capitalistas e neocoloniais de educação para inclusão no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a “ajuda” internacional também possibilita uma série de oportunidades de estudos no exterior. Essas mulheres também se favoreceram dessas possibilidades, conseguindo bolsas de estudo para cursar a graduação, fazer o mestrado ou um ano de estudos de nível superior no Brasil. Essas bolsas são concedidas tanto pelo governo timorense quanto pelo governo brasileiro, no âmbito das cooperações bilaterais entre os dois países, bem como por bolsas de concorrência internacional (bolsas PEC-G e PEC-PG do Brasil). Todo esse processo de inclusão na educação formal que se deu em Timor-Leste desde 2002, especialmente, bem como essa possibilidade de estudar em outros países, reforçou entre essa geração de jovens a ideia de que é apenas pela educação formal que poderão ter as habilidades intelectuais e pessoais para acessarem ao mercado de trabalho, bem como alimentam a expectativa de melhorias econômicas para si mesmas e para o país, ao buscarem inserção no mercado capitalista internacional – em especial como mão de obra para empresas chinesas ou australianas. Essa inclusão não pode ser considerada ilusória, mas deve sim ser vista em sua realidade, de formação de mão de obra barata de um país em contexto pós-conflito do sul global.

As mulheres entrevistadas têm, como já dito anteriormente, a experiência de terem estudado por algum tempo no Brasil. Não se tem aqui a possibilidade de aprofundar os abismos culturais, sociais e políticos que separam os dois países, para além da diferença de doze fuso-horários, mas salienta-se que essa experiência é vista como um grande acontecimento na vida dessas mulheres e

agrega capital social e cultural às suas vidas, influenciando inclusive nos processos de negociação de casamentos e de decisões sobre lugar de moradia, possibilidade ou não de trabalhar no mercado formal, entre outros. As entrevistadas relatam a importância dessa inclusão na educação formal para obterem espaço e certo privilégio frente a outras mulheres que não estudaram.

Eu pensava que “minha vida tem que melhorar”, isso era o primeiro. Porque eu já tinha sofrido muito, com muita vida precária, muitas lamentações, reclamações, dificuldades e tudo isso. Eu pensava que o estudo ia resolver minhas dificuldades e também da minha família, então eu pensava que o que era melhor pra mim era ter o ensino superior, e até mais do que isso, pra poder trabalhar melhor (E4).

Além disso, o aporte financeiro que um emprego formal possibilita é muitas vezes colocado como uma forma de independência dessas mulheres, que não ficam assim submetidas ao marido ou ao pai. Como essa inclusão pela educação nos parece já bastante explorada em diversos estudos, passarei ao achado mais singular da pesquisa, que são as rupturas que ocorrem na vida dessas mulheres.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E RUPTURAS

Se como coloca Beauvoir (1967) não se nasce mulher, mas torna-se mulher, então entende-se que os papéis de gênero são ensinados, desde a mais tenra idade e esse papel social é atribuído de forma cultural e social a todas nós, enquanto mulheres cisgênero imbuídas dessas expectativas de “ser” mulher em cada realidade social. A partir dessa reflexão, a ideia de “desaprender” de Spivak (2014) nos é cara ao pensarmos que, se aprendemos e naturalizamos nossos papéis de gênero em nossas sociedades, poderemos também, com vivência significativas, reflexão e estudo, desaprender esses papéis cristalizados ao longo dos séculos. Assim, o processo dessas mulheres ao ingressarem no ensino superior no Brasil ou ao terem a experiência de um ano ou dois em país culturalmente tão distinto aparece como uma parte desse “desaprender” seu lugar esperado enquanto mulher em Timor-Leste.

Sem querer entrar na questão de se o Brasil é mais ou menos “aberto” ou “livre” para as mulheres, como as entrevistadas expressam, o que importa é compreender que elas se sentiram dessa forma, na fala da Entrevistada 1: *as mulheres brasileiras não dependem dos homens para nada, são muito independentes*. Claro que é importante contextualizar que elas tiveram contato com mulheres privilegiadas dentro do contexto brasileiro, em especial as mulheres jovens e com acesso ao ensino superior público. No entanto, não podemos descartar esse sentimento se quisermos de fato compreender a mudança operada no sentir e no agir dessas mulheres ao voltarem para Timor-Leste. Ao “desaprenderem” as regras do que é ser mulher que elas tinham construído de forma tão firme em suas socializações, ao verem outros contextos e possibilidades se colocando, mesmo num contexto também de pobreza, desigualdade social e subdesenvolvimento, como no Brasil, abriu-se no sentir e no agir dessas mulheres a possibilidade de mudarem suas próprias atitudes perante a sua cultura e frente às representações de gênero que elas tinham aprendido.

Pensar no espaço em que essas mulheres tiveram acesso por um período é pertinente para pensar sobre questionamentos que começaram a se fazer. O Brasil, com complexo cultural bastante distinto do país de origem das entrevistadas, aproxima-se também, em certa medida, das realidades dessas mulheres por ser um país do sul global, que também foi colonizado e que possui resquícios das práticas colonizadoras na atualidade, inclusive do comportamento e dos corpos. Miranda (2011), ao fazer um estudo sobre as mulheres de Timor-Leste que haviam se mudado para Portugal por conta da ocupação Indonésia, ressalta em diversas passagens de seu texto as permanências de práticas do país de origem, como os cuidados da casa e hábitos alimentares, apontando o que costumavam cozinhar. No caso da autora, a pesquisa foi desenvolvida com outra geração de mulheres, que mesmo em um país europeu, mantiveram sua condição de cuidadoras dos assuntos da casa e papel secundário nas decisões importantes da família. Não há estudos sobre mulheres de Timor-Leste que foram a Portugal com objetivo específico de complementar a sua formação acadêmica recentemente. Porém, no estudo de Miranda, chama a atenção o fato de, ao longo do mesmo, ser perceptível que a comunidade timorense em Portugal manteve-se “fechada”, no sentido de manter suas práticas do país

de origem e pouco questionar tais práticas, mesmo a partir da experiência e conhecimento de outros modelos. Tal fator, comparado ao estudo em questão, pode ser entendido por elementos de identificação em maior ou menor grau, podendo as práticas culturais do “outro” abrirem espaço para a reflexão ou mesmo para reforçarem o complexo de práticas já internalizado.

Em comparação com estas mulheres que estiveram no Brasil, as mudanças e rupturas são relatadas em forma de estranhamento, admiração e vontade de mudança. Em outro trabalho sobre este tema (Tribess; Batista *et al*, 2015) percebemos que as mudanças se dão tanto nas relações íntimas, como querer morar em sua própria casa e não mais na casa da família do marido, conforme o costume local, até a relação de emprego, renda e decisão sobre aspectos considerados importantes em sua própria vida. A Entrevistada 6 diz: *Assim, eu senti muitas mudanças depois da minha volta do Brasil. A primeira coisa que eu fiz foi morar sozinha com meu marido e minhas filhas.* Da mesma forma, essas mulheres apontam em diversas oportunidades o quanto sentiram-se empoderadas ao perceberem, ainda no Brasil, que as mulheres poderiam estar em espaços diversos e realizando atividades até então impensáveis para elas:

Eu acho que sim, porque agora as mulheres têm o mesmo direito que os homens, então as mulheres que tem capacidade, tem coragem. Por exemplo, tem trabalho que muitas vezes só homens que podem fazer, e as mulheres também poderiam fazer. Então, aqui eu penso que tudo é possível, as mulheres podem fazer qualquer tipo de trabalho (E5).

A partir desse sentimento a vontade de mudança se coloca como consequência e, ao menos nas falas que nos foram concedidas, elas expressam que querem realizar transformações em sua realidade, bem como acreditam serem capazes dessa realização.

[...] as brasileiras, na maioria, são corajosas. A mulher tem coragem de fazer qualquer coisa que ela quiser, e quando eu voltar para Timor eu quero ser mais corajosa e não quero isso só para mim, mas para as outras mulheres também porque lá a *cultura* é mais fechada [...]. Com o mundo mais moderno, eu penso que os timorenses vão mudar sobre mulheres e homens, vivemos em uma democracia, mas a *cultura* é fechada, então elas [as mulheres] pensam que não podem fazer o mesmo que os homens ou dar um passo à frente do homem. A mulher sempre está atrás do homem (E8).

Sabe-se que essa vontade de mudança nem sempre se efetiva em ação, bem como o próprio contexto brasileiro está cheio de contradições, ganhos e retrocessos quanto à questão da mulher. No entanto, essas vivências significativas trazem o questionamento e apontam para rupturas importantes nos processos de questionamento dos papéis de gênero atribuídos.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E ALGUNS DILEMAS ENCONTRADOS

As mulheres que possuem acesso ao ensino superior em Timor-Leste pertencem a uma camada relativamente privilegiada da população. Porém, a oportunidade de acesso não isenta essas mulheres de estarem submetidas à violência simbólica cotidiana, seja na família, seja na sociedade, ou mesmo na universidade. Mesmo assim, a opção por cursar o ensino superior, ainda que seja uma decisão em conjunto com a família, representa um passo importante para o questionamento do papel dessas mulheres em suas comunidades.

O acesso ao ensino superior pode ser considerado a primeira etapa do que, para essas mulheres que tiveram também acesso às instituições no Brasil, da pedagogia descolonizadora e do processo de “desaprender” seu lugar imposto de mulher. Concluir os estudos e integrar o mercado de trabalho é um desafio que demanda disposição para o enfrentamento de situações frente aos homens, de todas as esferas de vivência, uma vez que o processo de transformação da condição dessas mulheres os afeta diretamente, principalmente no que concerne ao papel de dominação através da valorização de um sistema patriarcal.

Na área rural, nos subdistritos tem os Knua e então cada Knua tem sua *cultura*. Eu gosto que as meninas brasileiras podem falar sobre educação, sobre política, sobre qualquer coisa, tem o mesmo direito que os homens (E7).

A percepção das entrevistadas com relação às mulheres brasileiras que tiveram contato na universidade remete, em um primeiro momento, a um encantamento que corresponde à existência da possibilidade de questionar um sistema vigente e perpetuado. Logo após, é seguido dos questionamentos de

sua condição enquanto mulher com ensino superior na sociedade timorense e quais são os efeitos em suas vidas, sejam eles elencados como bons (como possibilidade de melhores colocações no mercado de trabalho de Timor-Leste, ou possibilidade de ajudar financeiramente a família), como os elencados como pontos a melhorar, geralmente relacionados às relações entre homens e mulheres, bem como determinados privilégios perpetuados pelos homens.

[...] Por exemplo, tem trabalho que muitas vezes só homens que podem fazer [em Timor-Leste], e as mulheres também poderiam fazer. Então, aqui [no Brasil] eu penso que tudo é possível, as mulheres podem fazer qualquer tipo de trabalho (E3).

As trajetórias de vida das mulheres de Timor-Leste, em especial as entrevistadas para o presente trabalho, são importantes para pensar em como se dão os processos de transformação das questões de gênero do país, e como as influências externas interferiram ao longo dos séculos, com destaque para diferentes países em diferentes períodos. Neste estudo, em especial, pode-se inferir também os conflitos e mudanças que surgem com a abertura do país pós-independência em 2002 e os dilemas dessas mulheres, que tento de forma resumida expor aqui.

Por trás da insipidez de nossa amnésia coletiva, portanto, oculta-se uma variegada paisagem de mulheres extraordinárias – algumas admiráveis, outras infames. Todas têm em comum uma traição, uma fuga, uma conquista: traíram as expectativas que a sociedade depositava nelas, fugiram de seus limitados destinos femininos, conquistaram a liberdade pessoal. Convém levar em conta que, na maioria dos casos, e durante milênios, ser mulher implicava não ter acesso à educação e nem sequer a uma mínima liberdade de movimentos (sair à rua sozinha ou viajar sozinha). (Montero, 2008, p. 27).

Assim, as mulheres que entrevistamos tiveram a oportunidade de romper, de diversas formas, com o determinismo biológico a que são submetidas pelo fato de nascerem mulheres. Tal rompimento não significa uma ruptura abrupta, mas um processo em que puderam “desaprender” seus lugares e perceber que determinados papéis e condutas são diferenciados por conta das relações de poder, que assegura a manutenção de homens que reproduzem a virilidade, e que esperam das mulheres que o cercam a submissão e a dependência dada pela fragilidade.

Não se pretende aqui pensar nessas vivências como majoritárias, nem mesmo que tenham grande potencial de transformar rapidamente as estruturas do país. Busco, no entanto, compreender a trajetória de vida dessas mulheres que entrevistamos, que pode ser também a trajetória de mulheres de Timor-Leste que foram estudar em outros países e que, ao se perceberem capazes de outra forma de vivenciar o ser mulher em Timor-Leste, podem contribuir para uma efetiva mudança de padrão de comportamento *das mulheres*, em geral, a partir de suas intervenções na sociedade. É importante colocar ainda, como reflexão final, o fato de ser o Brasil esse lugar de repensar as práticas e “desaprender” o lugar de mulher dado a elas, visto que, tão contraditoriamente, o Brasil segue sendo um país extremamente machista, e que as mulheres lutam todos os dias para denunciar a violência – física e simbólica que sofrem.

Não existe machismo melhor ou pior, mas ao entrarmos em contato com outros problemas, outras soluções e outras realidades ganhamos o distanciamento para pensarmos nossas próprias dificuldades e, acredito, essa pesquisa mostra que as mulheres timorenses viveram isso e que, enquanto pesquisadora, passo a viver também, vendo nas transformações destas entrevistadas a mesma transformação que também quero sentir e agir. Assim, esse processo é sempre mútuo e recíproco, “desaprendemos” com elas, assim como elas dizem ter aprendido conosco.

REFERÊNCIAS

Beauvoir, S. (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Candau, J. (2014). *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto.

CAVR. (2005). *Relatório Chega – Resumo executivo*. Dili: CAVR.

CAVR. (2008). *Cadernos temáticos – Timor-Leste as mulheres e o Conflito*. Dili: CAVR.

Clark, H., & Taplin, D. H. (2012). *Theory of Change Basics: A Primer on Theory*

of Change. New York: Actknowledge. Recuperado em 26 maio, 2018 de http://www.theoryofchange.org/wp-content/uploads/toco_library/pdf/ToCBasics.pdf

Cunha, T. (2006). *As vozes das mulheres de Timor-Leste*. Edições Afrontamento.

Durand, F. (2009). *História de Timor-Leste: da pré-história à actualidade*. Lisboa: Lidel.

Miranda, S. (2011). Percursos de resistência: mulheres timorenses em Portugal. In: K. Silva, & L. Sousa (Orgs.). *Ita maun alin... o livro do irmão mais novo: afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri.

Montero, R. (2008). *Histórias de Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Agir.

Santos, B. de S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

Simião, D. (2005). *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. Brasília: Universidade de Brasília. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200007>

Spivak, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Tribess, C., Batista, G. L., et al. (2015). Mulheres de Timor-Leste com ensino superior: mudanças e trajetórias de vida. In: M. D. Guedes, R. Scartezini, et al. (Orgs.). *Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste*. Florianópolis: NUP/UFSC.

Direitos Autorais (c) 2018 Camila Tribess



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)